

Categoria cobra pagamento antecipado de férias, emitido pela Secretaria de Educação no contracheque de 15 mil servidores. Maristela Neves admite "falha humana"

CORREIO BRAZILIENSE 22 JAN 2005

# Erro na folha irrita professor

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

Os professores da rede pública do DF cobram do governo a antecipação da remuneração de férias. O benefício, que corresponde a 40% do salário dos servidores, foi previsto no contracheque de cerca de 15 mil profissionais. Mas a Secretaria de Educação não tem dinheiro para pagar os professores e atribuiu o equívoco a uma "falha humana" na confecção da folha de pagamento. O GDF precisaria de cerca de R\$ 30 milhões para honrar os contracheques emitidos em dezembro.

O Sindicato dos Professores do DF (Sinpro) promete entrar na Justiça para cobrar o pagamento da antecipação. A categoria alega que o governo está descumprindo a Lei Distrital 1.139/96. A legislação assegura o adiantamento do salário do respectivo mês a servidores da administração direta e indireta e prevê o desconto em duas parcelas mensais sucessivas. Como os professores têm férias coletivas em janeiro, metade dos funcionários da Educação pediu o benefício ao GDF. O governo alega não ter dinheiro em caixa e promete pagar o salário integralmente até o dia 5 de fevereiro. Os professores querem o pagamento imediato da antecipação.

A secretária de Educação, Maristela Neves, lamenta o erro na emissão dos contracheques, realizada em dezembro. Ela explica que o governo oferece o

Carlos Vieira/CB/ 27.1.04



MARISTELA NEVES, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO: GDF NÃO TEVE ARRECADAÇÃO SUFICIENTE PARA PAGAR BENEFÍCIO

benefício aos professores sempre que tem recursos disponíveis. A antecipação de 40% do salário antes das férias não é paga pelo GDF desde 2002. "Não conseguimos antecipar os recursos do Fundo Constitucional, para o pagamento da folha de pessoal dos servidores da educação. E a arrecadação tributária do GDF em janeiro é insuficiente para cobrir esses gastos", justifica Maristela.

O secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira, afirma que o GDF não tem obrigação de antecipar o salário dos servidores an-

tes das férias. "O governo não vai emprestar dinheiro sem juros a ninguém. Já pagamos em dia um terço das férias dos professores, o que é uma exigência legal", explica o secretário de Fazenda.

## Expectativa

A expectativa dos professores quanto à antecipação salarial começou em novembro. Os servidores interessados em receber o adiantamento pediram o pagamento do benefício em formulários distribuídos pela Secretaria de Educação. "O governo criou expectativa entre os

professores e depois recuou. Muitos servidores anteciparam o dinheiro em bancos e não receberam o adiantamento", reclama Maria Augusta Ribeiro, diretora do Sinpro.

O professor da Escola Classe 63 de Ceilândia Joel Teles é um dos 15 mil servidores da educação que pediram o adiantamento da remuneração das férias. Há três semanas ele pediu um empréstimo ao BRB, esperando a liberação de 40% do salário. Os recursos não foram liberados, e a conta do professor ficou no vermelho. "O pagamento saiu

no meu contracheque, mas o dinheiro não foi liberado. Agora preciso de mais um empréstimo para pagar minhas dívidas", lamenta Joel Teles.

A Lei 1.139 foi publicada no Diário Oficial do DF em julho de 1996. A diretora do Sinpro Maria Augusta Ribeiro está confiante em uma decisão da Justiça favorável à categoria. "O atraso no pagamento do benefício mostra o descaso do governo com os professores. Mesmo com o direito assegurado em lei, os servidores da área não conseguem receber o adiantamento da remuneração das férias", explica.

A secretária de Educação, Maristela Neves, explica que este ano a União não antecipou o repasse dos recursos do Fundo Constitucional do DF — destinados ao pagamento dos servidores das áreas de saúde, segurança, além da educação. "O governo não fabrica dinheiro. Sem arrecadação, o GDF não tem recursos em caixa e conseqüentemente não pode antecipar o pagamento da remuneração das férias", justifica Maristela.

O governo gasta cerca de R\$ 150 milhões por mês para pagar os salários dos professores da rede pública de ensino. Os R\$ 30 milhões necessários ao pagamento da antecipação representa cerca de 20% dos gastos mensais. As férias coletivas dos servidores da educação começaram no dia 10 de janeiro. No dia 15 de janeiro, o governo pagou o abono de um terço do valor das férias dos professores, garantido pela Constituição a todos os servidores públicos.